



# Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP



## Escolha social

### Modo de governar e escolhas da gestão de coalização potencializam as forças centrífugas do Congresso

A escolha social ocorre no Brasil por meio de dois processos distintos. Ambos desaguardam no orçamento.

Em sociedades extremamente desiguais, o cidadão que está no meio da distribuição de renda, isto é, em relação ao qual metade da população é mais rica e metade é mais pobre, também conhecido por eleitor mediano, é relativamente pobre.

Dito de outra forma, a renda mediana é bem menor do que a renda média. Há muitos ricos, o que eleva a renda média.

Os ricos votam por maior crescimento. Crescer mais é a única forma de melhorarem ainda mais. Os pobres votam por maiores transferências. Por estarem descolados da economia formal e por serem pouco produtivos, são pouco afetados pelo

crescimento econômico. Se a sociedade é muito desigual e a democracia for funcional, haverá natural pressão por aumento da carga tributária e transferências aos mais pobres.

É isso que temos feito desde a redemocratização.

O segundo processo de escolha social é o poder em democracias dos grupos organizados de pressão. Pequenos grupos organizados sejam aposentados, grupos empresariais, corporações profissionais, do setor público e privado, entre tantos outros conseguem colocar na lei favorecimentos para si à revelia do interesse coletivo.

Recentemente vimos a derrubada de alguns dos vetos do presidente Lula à lei das eólicas offshore.

Grupos organizados conseguiram aprovar na legislação

a contratação de significativos volumes de novos projetos ineficientes de geração e manutenção de contratos caros que logo se encerrariam, o que no total irá onerar diretamente o consumidor de energia.

Além disso, esses projetos e contratos causam outros efeitos indiretos, como aumentos nos cortes de geração, que tanto têm afetado a geração renovável no Brasil.

No Brasil, possivelmente em função de voto proporcional com lista aberta em distritos muito grandes, o espaço para que os grupos de pressão atuem talvez seja maior. Em distritos menores, é mais difícil a eleição de representantes dos grupos. O eleito é mais vinculado à região do que a um interesse particular. Assim, talvez o desenho do voto no Brasil produza um Legislativo mais vul-

nerável aos grupos de pressão.

Outro fator que eleva a propensão do Congresso a atender os grupos de pressão é a forma de gestão da coalização em governos petistas. Como documentado em trabalhos do cientista político Carlos Pereira, as coalizões petistas são: mais heterogêneas ideologicamente; apresentam ideologia mediana mais distante da ideologia mediana do Congresso Nacional; há mais sobre-representação do partido do presidente no gabinete de ministro e maior desproporcionalidade entre a participação dos partidos no gabinete e o peso do partido na coligação.

Adicionalmente, os governos petistas têm dificuldade de negociar um plano comum de governo com os parceiros da coalização. Esse modo de governar e essas escolhas de gestão

de coalização potencializam as forças centrífugas do Congresso, aumentam as pautas bombas e a aprovação de desonerações e subsídios que atendem aos interesses particulares.

O ministro pode ir para a televisão e falar que ele defende os pobres e o Congresso defende os interesses dos ricos. Não estará errado. A dificuldade é que o Congresso são quase 600 pessoas. O eleitor não conseguirá saber quem é quem.

Não compensa o custo para o governo da irritação dos congressistas com as verdades do ministro. Mesmo porque enquanto o voto for proporcional, com lista aberta em grandes distritos, o deputado sempre encontrará a sua base eleitoral para se reeleger isto é, seu grupo de pressão, disperso no seu estado.

## Pix Automático Banrisul

Receba pagamentos recorrentes com agilidade, segurança e sem burocracia.



SAC 0800 646 1515  
Ouvidoria 0800 644 2200



## Programa de renegociação de dívidas municipais é aprovado na Câmara de Porto Alegre

/ RECUPERAPOA 2025

Sofia Utz

sofae@jcrs.com.br

Com 22 votos favoráveis e 11 contrários, o RecuperaPoa 2025 foi aprovado na Câmara de Porto Alegre. O programa de renegociação de dívidas municipais vai para a sua terceira edição nos últimos cinco anos. A medida será lançada oficialmente em setembro e ficará ativa até o fim de outubro.

Podem aderir ao programa pessoas físicas e empresas com pagamento atrasado de impostos municipais, como IPTU, ISS e ITBI, de taxas de coleta de lixo e fiscalização. Também é possível renegociar dívidas com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e demais débitos ativos com a Capital.

As únicas dívidas que não se aplicam à medida são as ligadas ao Departamento Municipal

de Água e Esgotos (Dmae).

O RecuperaPoa oferece descontos de até 90% em pagamentos à vista e parcelamento da dívida em até 60 vezes, nesse caso com 40% de redução. Os descontos são aplicados apenas sob os juros e multas provenientes do débito, sem alterar o valor original da dívida.

Segundo a secretária da Fazenda, Ana Pellini, o objetivo do projeto é cobrir gastos da prefeitura com a reconstrução da cidade e ampliar a média arrecadatória da Capital, que servirá como base para a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), produto da Reforma Tributária. A expectativa da prefeitura é que a medida arrecade cerca de R\$ 150 milhões aos cofres municipais.

O índice médio de arrecadação dos municípios durante os últimos oito anos ditará a quantia repassada às cidades por esse novo imposto, valor que se manterá pelos próximos 50 anos. “O

IBS vai ser repartido entre todos os municípios e esse índice é que vai dar a fatia do bolo de cada um. Então, por 50 anos, eles vão receber parte desse novo imposto conforme a média desses oito anos, que terminam no ano que vem”, explica Ana.

No entanto, na visão da vereadora Karen Santos (PSOL), o projeto abre mão do aumento de receita da Capital, concedendo altos descontos especialmente para grandes empresas devedoras. “É sucessivo o discurso da base de que não tem dinheiro para qualificar o serviço público. Para ter serviço público, o município tem que arrecadar, e esse projeto renuncia a receitas dos setores que mais tem dinheiro na nossa cidade”, pontua Karen.

Para o líder da base governista, vereador Idenir Cecchim (MDB), o programa auxilia na arrecadação da prefeitura e dá oportunidade de regularização



Com 22 votos favoráveis e 11 contrários, RecuperaPoa avançou na Câmara

fiscal a empreendedores de todos os portes.

“Só fica devendo quem investe, arrisca, gera emprego. O que nós estamos fazendo é dar oportunidade a quem está devendo, buscando recolher aos cofres municipais o que é devido”, analisou o parlamentar.

A adesão ao RecuperaPOA 2025 deverá ser feita diretamente no site da Secretaria Municipal da Fazenda da Capital com login na conta gov.br, partir de 1º de setembro, ou mediante aceite da proposta enviada pela Secretaria da Fazenda por e-mail ou pelo correio.